



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso Público com publicidade internacional n.º 10/2025

Aquisição de Serviços de Viagens e Alojamento para o Instituto Politécnico de Leiria

1. OBJETO PROCEDIMENTO

O objeto do concurso consiste na **Aquisição de Serviços de viagens e alojamento para o Instituto Politécnico de Leiria**, conforme as especificações constantes do anexo I ao Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Leiria, sito na Rua General Norton de Matos, 2410-191 Leiria, com os números de telefone 244 830 010 e de fax 244 813 013, e com o endereço eletrónico ipleiria@ipleiria.pt.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de 07 de julho de 2025 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Doutor Carlos Rabadão, no uso de competência delegada do Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Manuel de Almeida Alexandre.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O presente concurso é realizado nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

5. PEÇAS DO CONCURSO

1. O presente concurso rege-se pelo disposto no presente programa, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados e efetuados.
2. As peças do presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, de forma livre, completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio.

6. JÚRI

1. O presente concurso é conduzido por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O júri do concurso inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
3. Compete nomeadamente ao júri:
 - a. Proceder à análise e avaliação das propostas;
 - b. Elaborar os relatórios de análise e avaliação das propostas;
 - c. Exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

7. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS DO CONCURSO

1. Os interessados poderão solicitar, por escrito, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do presente concurso, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas e, no mesmo prazo, deverão apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do concurso por si detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato.
2. Os pedidos de esclarecimentos e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados deverão ser dirigidos ao órgão competente para a decisão de contratar através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.
3. Os esclarecimentos solicitados deverão ser prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública indicada no ponto 2.
4. No mesmo prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados indicando os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do concurso bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
7. Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
8. A decisão de prorrogação do prazo de apresentação das propostas caberá ao órgão competente para a decisão de contratar e deverá ser junta às peças do concurso e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.
9. Os esclarecimentos, bem como as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetadas pelos interessados deverão ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt e juntos às peças do concurso, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

10. Os esclarecimentos e as retificações passarão a fazer parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. CONCORRENTES

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades relativamente às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os membros do agrupamento concorrente não poderão ser concorrentes neste concurso de forma isolada, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

9. PROPOSTAS E DOCUMENTOS

1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos, em conformidade com o artigo 57.º do CCP:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (<https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt> ou <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>).¹
 - b. Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor ou documento equivalente em função da natureza do adjudicatário;
 - c. Documentos que, em função do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo **obrigatoriamente**, indicar, sob pena de exclusão:
 - **Declaração conforme Anexo II ao presente programa de procedimento;**
 - a. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os termos ou condições da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar devendo, **obrigatoriamente**, indicar:
 - As condições de pagamento;
 - Taxa de IVA aplicável ou eventual isenção;
2. Devem instruir a proposta os seguintes documentos, sempre que possível:
 - a. Outros documentos que o concorrente considere relevante para a correta análise da sua proposta.

¹ Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o DEUCP deverá ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao DEUCP os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3. Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:
 - a. Identificação dos membros do agrupamento, respetivos domicílios ou sedes, bem como, no caso de pessoas coletivas, a identificação dos representantes legais;
 - b. Documentos comprovativos dos poderes de representação dos representantes de cada um dos membros do agrupamento e/ou do representante comum do agrupamento e identificação deste último;
 - c. Descrição das prestações e obrigações que caberão a cada membro do agrupamento;
 - d. Referência a que cada um dos membros do agrupamento fica obrigado de forma solidária com os demais membros do agrupamento, perante a entidade adjudicante, pela manutenção a proposta e pelo cumprimento das obrigações da mesma decorrentes;
 - e. Procurações e instrumentos de mandato, incluindo, se aplicável, os emitidos por cada uma das entidades que compõem o agrupamento quando tenha sido designado um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso;
4. Os documentos emitidos pelo concorrente devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante assinatura digital qualificada, sendo que no caso do certificado digital não relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura é obrigatório que o concorrente submeta à plataforma documento indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Os demais documentos devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos pontos 1, 2 e 3 devem ser assinados por representante de cada membro do agrupamento ou pelo representante comum dos membros que o integram designado para o efeito.
7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos devam estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o interessado, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

10. PROPOSTAS E DOCUMENTOS

1. Os preços constantes da proposta deverão ser expressos em euros e indicados em algarismo e por extenso e não devem incluir o IVA.
2. Em caso de divergência entre os preços indicados em algarismo e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

4. O preço indicado inclui todos os custos relativos à execução do contrato, incluindo custos incidentais ou acessórios, como taxas, seguros ou transporte.
5. **O preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelos serviços objeto de contrato é de **749.500,00€ (setecentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros)**, considerando o valor anual de 249.833,33€ (duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

11.PROPOSTAS VARIANTES

No presente concurso não é admitida a apresentação de propostas variantes.

12.PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 23:59 horas do **30.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, diretamente na plataforma de contratação pública www.acingov.pt, não sendo consideradas as propostas apresentadas depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação, sendo os concorrentes responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.

13.PRAZO E OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

14.ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos e condições em que o concorrente se dispõe contratar.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b. Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 57.º e no n.º 1 do artigo 57.º-A, do Código dos Contratos Públicos, ou pelas peças do presente concurso;

- e. Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f. Que sejam apresentadas como variantes;
 - g. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas neste Programa do Concurso;
 - h. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - i. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49º do Código dos Contratos Públicos;
 - j. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - k. Que o preço contratual seja superior ao preço base;
 - l. Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados pelo Júri;
 - m. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - n. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.
3. A exclusão de quaisquer propostas com o fundamento no disposto na alínea l), bem como a prática de indícios de práticas restritivas do comércio, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, será comunicada à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.
4. A exclusão de quaisquer propostas com o fundamento no disposto na alínea n), bem como a prática de indícios de práticas restritivas da concorrência, ainda que não tenham dado origem à exclusão da proposta, será comunicada à Autoridade da Concorrência.

15.ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM

- 1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 2. Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, ou não visem suprir omissões que determinassem a sua exclusão.

16.CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

- 1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é

Programa de Concurso – Aquisição de Serviços de viagens e alojamento para o Instituto Politécnico de Leiria

densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço/custo determinado para o tipo de serviço, determinada pela avaliação do preço das taxas de serviço devendo aplicar-se a soma de todas as comissões atribuídas.

2. Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao(s) seguinte(s) critério(s):
 - ✓ 1.º Menor valor “comissão de serviço” para a emissão de bilhete/voucher alojamento em território internacional;
 - ✓ 2.º Menor valor “comissão de serviço” para a emissão de bilhete/voucher alojamento em território nacional;
 - ✓ 3.º Menor valor “comissão de serviço” para emissão do bilhete para transporte aéreo em território internacional;
 - ✓ 4.º Menor valor “comissão de serviço” para emissão do bilhete para transporte aéreo em território nacional;
 - ✓ 5.º Menor valor “comissão de serviço” para emissão do bilhete para transporte aéreo intercontinental;
 - ✓ 6.º Sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes, com uma antecedência mínima de 3 dias úteis. Do ato do sorteio será lavrada ata, a assinar por todos os presentes.
3. Os preços devem ser apresentados em Euros, com apenas 2 (duas) casas decimais, e não incluem IVA.
4. São excluídas as propostas que não apresentem taxas, para a totalidade dos serviços que compõem o objeto do concurso.
5. São excluídas as propostas que apresentem taxas nominais inferiores às taxas mínimas ou superiores às taxas máximas abaixo indicadas, para qualquer um dos serviços que compõem o objeto do concurso.

Comissão de Serviço (€)	Emissão		Alteração		Cancelamento	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Transporte aéreo						
Em território Nacional	0,01	40,00	0,01	20,00	0,01	10,00
Em território internacional	0,01	50,00	0,01	25,00	0,01	12,50
Intercontinental	0,01	100,00	0,01	50,00	0,01	25,00
Alojamento (AL)						
Nacional	0,01	30,00	0,01	12,00	0,01	12,00
Internacional	0,01	40,00	0,01	16,00	0,01	16,00

6. Os valores máximos apresentados para a taxa de serviço para emissão de bilhete de Transporte Aéreo referidos na tabela prevista no número anterior incluem obrigatoriamente todos os valores

a serem cobrados, nomeadamente taxa de emissão de bilhete, Taxa XP, Taxa TSF (*Ticket Service Fee*) ou taxa TASF (*Travel Agent Service Fee*).

17.RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no artigo 14.º do presente programa de concurso, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.
3. Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 15.º do presente programa de concurso.

18.AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no ponto anterior, o júri submete-o via plataforma, a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de **5 (cinco) dias** para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

19.RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número do número anterior, bem como quando o relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

20.DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no artigo 79.º do n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante tomará a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 76.º do mesmo diploma.

21. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

A decisão de adjudicação será notificada em simultâneo pela entidade responsável pela condução do procedimento ao adjudicatário e a todos os concorrentes juntamente com o relatório final de análise das propostas.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Com a decisão de adjudicação a entidade responsável pela condução do procedimento deve ainda notificar o adjudicatário para a apresentar:
 - a. Declaração emitida em conformidade com o modelo constante do Anexo II do CCP (alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º) (Anexo III);
 - b. Certificado de registo criminal **da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de gerência ou administração**, enquanto documento comprovativo da não condenação pelos crimes descritos nas alíneas b) e h) do artigo 55º;
 - c. Declaração emitida pela Segurança Social comprovativa de que não se encontra na situação prevista no artigo 55.º n.º 1 alínea d) do Código dos Contratos Públicos;
 - d. Certidão do serviço de finanças competente comprovativa de que não encontra na situação prevista no artigo 55.º n.º 1 alínea e) do Código dos Contratos Públicos;
 - e. Declaração do beneficiário efetivo, de acordo com o mencionado na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei 89/2017, de 21 de agosto;
 - f. Dados do (s) outorgante (s) do contrato, nomeadamente n.º do cartão do cidadão e respetiva validade
2. Os documentos elencados no número anterior deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, num prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação.
3. O adjudicatário pode, em substituição da apresentação dos documentos de habilitação, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.
5. Todos os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a sua própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, sendo que a tradução prevalecerá para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira.
6. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 5 dias para a respetiva supressão.

23. MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão e contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato, a mesma será notificada ao adjudicatário.
3. A respetiva minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 dias** subsequentes à respetiva notificação.
4. São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem da proposta ou dos documentos que serviram de base ao presente procedimento ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta notifica o adjudicatário da sua decisão, no prazo de **10 dias**, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

24. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será celebrado no prazo máximo de **30 dias** a contar da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Comprovada a prestação da caução;
 - d. Confirmados os compromissos, se aplicável.
2. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, no caso de assinatura presencial, a data, hora e local em que celebrará o respetivo contrato e, no caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo de outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a 3 dias.

25. CAUÇÃO

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário deve comprovar que prestou a caução no prazo de **10 dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e modelos anexos a este convite (anexo IV e V).
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

26. NÃO OUTORGA DO CONTRATO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato ou, sendo o caso, não o remeter assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito.
2. No caso de o adjudicatário ser um agrupamento, a adjudicação caduca se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 6 do n.º 9.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

27.COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

28.ENCARGOS DOS CONCORRENTES COM A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução.

29.ABERTURA DAS PROPOSTAS E CONSULTA DA LISTA DOS CONCORRENTES

No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma eletrónica a lista dos concorrentes que apresentaram proposta.

30.LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente programa de concurso, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar.

ANEXOS AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTO:

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração solicitada na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Programa de procedimento
- Anexo III – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo IV – Modelo de Guia de Depósito Bancário
- Anexo V – Modelo de Garantia Bancária/Seguro de Caução

ANEXO I

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos

de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º]

..... (empresa e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador (nome, nº do Documento de Identificação com data de validade), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, a que se refere o anúncio publicado na II Série do Diário da República, de ... (data), relativos à celebração de um contrato para a _____, obriga-se a prestar os referidos serviços em conformidade com os termos e condições previstas no caderno de encargos, com a aplicação do valor “comissão” de _____ de acordo com a seguinte discriminação:

Valor “comissão de serviço” aplicável para a emissão de bilhete/voucher alojamento em território internacional: _____ €;

Valor “comissão de serviço” aplicável para a emissão de bilhete/voucher alojamento em território nacional: _____ €;

Valor “comissão de serviço” aplicável para a emissão de bilhete/voucher para transporte aéreo em território internacional: _____ €;

Valor “comissão de serviço” aplicável para a emissão de bilhete/voucher para transporte aéreo intercontinental: _____ €;

Valor “comissão de serviço” aplicável para a emissão de bilhete/voucher para transporte aéreo em território nacional: _____ €.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data

Assinatura

ANEXO III

Anexo II ao CCP Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]